

Acta da Assembleia Geral da Federação Nacional de Karate – Portugal,
realizada no dia 29/12/2019

Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro de 2019, pelas 09h30, reuniu, sob a forma ordinária, a Assembleia Geral da Federação Nacional de Karate – Portugal, devidamente convocada, nas instalações da Biblioteca Municipal de Pombal, sita no Largo da Biblioteca Municipal, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANTERIOR;**
- 2. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DA DIRECÇÃO E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2018;**
- 3. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES PARA A ANUIDADE DE 2020;**
- 4. APROVAÇÃO DE NOVAS ASSOCIAÇÕES COMO SÓCIOS DA FNKP;**
- 5. APROVAÇÃO DE GRADUAÇÕES REQUERIDAS, DE ACORDO COM AS REGRAS EM VIGOR;**
- 6. INFORMAÇÕES.**

A assembleia iniciou-se com a presença de 41 delegados e, posteriormente, estiveram presentes 42 delegados, de acordo com a correspondente lista de presenças.

Às 9h30 foi aberta a sessão da Assembleia Geral e por ausência justificada do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Sr. Manuel Castro, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral Sr. Elísio Sousa, convidou o delegado Dionísio Henriques para constituir a mesa da Assembleia Geral.

A mesma foi dirigida pelo seu presidente, coadjuvado pela Sra. Raquel Seixas e pelo delegado Dionísio Henriques, dando-se assim início aos trabalhos.

Os delegados João Garcês e Vitor Gomes questionaram sobre a actual lista de delegados.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral Sr. Elísio Sousa leu a lista de delegados que perderam e os que iniciaram o mandato a 5/01/2019.

Iniciaram-se os trabalhos com a aprovação da acta da assembleia geral anterior, prescindindo os delegados da leitura da mesma.

Colocada à votação dos 41 delegados presentes, a mesma foi aprovada por maioria, com 37 votos a favor, 3 abstenções e 1 voto contra.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral Sr. Elísio Sousa refere que, em sintonia com o acordado na última Assembleia, as próximas Assembleias Gerais realizar-se-ão no sul e norte do País. Nenhum delegado se opôs ou colocou qualquer reserva.

De imediato, a mesa colocou em discussão o segundo ponto da ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente da Direcção interveio, deu as boas vindas e agradeceu a presença de tão elevado número de delegados, bem como do Sr. Dr. António Belém, Presidente do Conselho Fiscal e ROC da FNK-P e, também, ao Sr. Elísio Sousa, que apesar de ter sido sujeito a uma intervenção cirúrgica, manteve a AG na salvaguarda dos interesses da FNK-P.

Pede desculpa pelo atraso na apresentação das Contas de 2018, que deveriam ter sido apresentadas até ao dia 31 de Março de 2019 e, explica que o mesmo se deveu a razões de natureza externa, mormente, dificuldades inesperadas por parte do respetivo gabinete de contabilidade.

Todavia, garantiu aos delegados que a próxima apresentação de contas estará disponibilizada aos delegados até ao fim do próximo mês de Março.

O Presidente da Direcção (PD), Carlos Silva, deu início à apresentação do Relatório e Contas de 2018.

Referenciou os objetivos propostos e os concretizados, enumerou, realçando o nível e os bons resultados desportivos atingidos pelas Seleções nacionais, a execução da totalidade do calendário referente à atividade desportiva interna, da finalização do Projeto Erasmus Sport at School e seu resultado, a continuação do projeto Karate Para Todos, o investimento efetuado na compra de diversos equipamentos como 6 áreas de tatamis, equipamento desportivo, equipamento de suporte às provas e a aquisição de uma viatura de mercadorias.

A condição de ser uma actividade incluída no anel do Olimpismo e uma maior visualização geral da nossa prática desportiva, traz responsabilidades acrescidas à nossa organização.

Cumpriu, sempre, com as suas obrigações financeiras, seja com os fornecedores, autoridade fiscal e segurança social.

Reduziu as dívidas da FNK-P oriundas de anos anteriores, tendo concluído o pagamento de uma dívida que se prolongou por largos anos, que detinha junto dos colaboradores das actividades desportivas da FNKP.

Informou que os valores atingidos em receita do ano de 2018 foi de €581.199,68 e, as despesas no mesmo período foi de €569.796,72.

Assim, obteve-se um resultado positivo no exercício, no montante de €11.737,96.

Realçou, também, que estão incluídas as amortizações e depreciações e o cumprimento da lei no acautelamento da previsão de ordenados de janeiro, na despesa.

Caso assim não fosse, na realidade o resultado positivo seria de €18.141,09.

Referiu e reiterou, uma vez mais, que a Direcção, pauta-se por um empenhamento total nas boas práticas de gestão e administração do interesse público pugnando, severamente, pelo interesse do coletivo e não permitindo privilégios individuais ou de contexto ocasional.

De seguida, leu o documento entregue ao ROC e IPDJ correspondente à Declaração de Órgãos de Gestão, realçando que é um documento que responsabiliza o seu Presidente, nos termos da lei em vigor.

Para as questões de certificação legal de Contas e sua apreciação, apresentou o Revisor Oficial de Contas mencionando que é uma entidade idónea e que fez o favor de se deslocar a esta assembleia para melhor informar os delegados presentes e todos aqueles que assistiram à assembleia.

Agradeceu a disponibilidade da SROC “António Belém e António Gonçalves” aqui representada pelo Dr. António de Belém.

O Sr. Elisio Sousa prosseguiu agradecendo a presença ao Dr. António Belém e colocou o ponto 2 da ordem de trabalhos a discussão.

Interveio o delegado Elias Santos felicitando o Presidente Carlos Silva por estar presente na Assembleia, porque de acordo com a informação que viu nas redes sociais, apostas por apoiantes ou candidatos a futuras eleições, o mesmo já estaria a caminho do Brasil, com euros da Federação no bolso.

Refere, ainda, que em relação ao número de atletas inscritos da sua Associação, os seus números não batem certo com o apresentado, pelo que é necessário depois aferir onde está a falha.

O delegado João Garcês afirmou que, contrariamente ao que o Presidente disse, o calendário não foi cumprido, uma vez que neste constavam os Campeonatos Regionais de Cadetes e Juniores que não foram realizados

Por sua vez, o delegado David Dias disse não entender como o apoio dado pelo IPDJ foi cerca de €380.000,00 e no balancete aparece apenas €175.000,00, questionando o resultado líquido de 2018 vs o de 2017.

O delegado César Henriques solicitou que o Presidente Carlos Silva esclarecesse várias questões, nomeadamente: aparecem €74.000,00 em serviços externos e gostaria de saber, na realidade, quantos colaboradores tem a FNK-P? se 1, 2 ou 3 e quais os seus vínculos; Em relação às provas não entende onde são gastos €12.000,00 e não aparece especificado quais as provas que dão prejuízo e as que dão lucro, sugerindo que os valores deviam estar apresentados por centros de custos. O IPDJ pagou o contrato programa e gostaria de saber onde é que este dinheiro está a ser gasto. Queria também saber que verba foi

gasta nas Selecções. Queria, também, ver esclarecido o que é que as verbas do COP estão a pagar. Perguntou também se os atletas continuam a pagar as despesas de participação dos Campeonatos em representação da Selecção.

Relativamente à formação, gostaria de perceber como só foram gastos €11.000,00 versus os €40.000,00 no ano anterior; não se pagou aos colaboradores ou houve menos formação? Se foi este o caso, qual a razão para este desinvestimento na formação.

Gostaria de ver explicado onde estão classificadas as rubricas de aquisição de 1 carrinha e de tatamis.

Relativamente ao Projeto ERASMUS, pretende saber quais os custos.

Referiu que o Presidente afirmou ter havido um controle apertado de despesas; no entanto foram gastos mais €170.000,00 entrando apenas €80.000,00, ou seja, gastou-se mais dinheiro do que entrou.

O delegado João Ramalho questionou quando vão ser pagos os prémios das Ligas Olímpicas.

O delegado João Dias questiona se existem pagamentos em atraso aos Técnicos de Arbitragem e gostava de saber quais as despesas com a organização de provas.

O delegado Vítor Gomes referiu que, o prazo para realização da Assembleia de aprovação de contas não foi cumprido, como já vem sendo hábito e, porque é que os associados não tiveram direito a consultar as contas.

O delegado Frederico Silva gostava que fosse explicado o aumento do gasto de combustível face ao ano transato.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral explicou, relativamente à questão do delegado Vítor Gomes, que em tempos muito anteriores esta Assembleia assumiu que todas as contas trazidas à AG deveriam estar certificadas pelo TOC e pelo ROC.

Como só agora é que se confirmou essa certificação, só agora é que se convocou a AG para os devidos efeitos.

Referiu, também, que nos anos transatos a Assembleia nunca reuniu em tempo legal para aprovação de contas e que os senhores delegados, sabendo da necessidade supra referida, nunca criaram qualquer reserva ou questão.

No entanto, assumiu o atraso verificado, sabendo perfeitamente da sua razão, uma vez que sempre foi informado pelo Presidente da Direcção da sua razão, alheia à vontade da Direcção.

Respondeu, também, que a Mesa da Assembleia solicitou à Direcção que todos os documentos de suporte à Ordem de Trabalhos da presente AG, incluindo todos os relatórios e pareceres referentes às contas de 2018 fossem colocados no site oficial da FNKP para consulta pública e dos senhores delegados.

Tal veio acontecer nos tempos imediatos e dentro dos prazos legais para consulta.

Os documentos de suporte aos relatórios de contas, são próprios da FNKP e podem ser consultados na sua sede sob autorização da respectiva Direcção.

O Sr. Presidente da Mesa da AG informou que todos os delegados foram, em devido tempo, informados dessa possibilidade e as circunstâncias necessárias para o efeito.

Informou que só um delegado solicitou a consulta dos documentos, tendo sido, imediatamente, informado do dia e período em que o podia fazer.

O Presidente Carlos Silva respondeu a todas as perguntas colocadas, pedindo inicialmente ao delegado Elias Santos para se dirigir à FNK-P para resolver a situação do total dos seus filiados.

Seguidamente, esclareceu o delegado João Garcês que foram feitos os Campeonatos Regionais de Cadetes e Juniores em 2018.

Esclareceu o delegado David Dias que o IPDJ contratualizou, não €175.000,00 mas sim €189.174,00 e é esse o valor que aparece no Relatório.

O resultado líquido de 2018 corresponde ao valor apurado, correspondente a todas as atividades efetuadas e justificadas por toda atividade inerente, sendo os gastos elencados nas respectivas rubricas.

Informou, também, que efetuou cópia de 90% de todos os documentos relativos a despesas efetuadas pela FNK-P, assim como o ROC também o fez.

As contas estão todas suportadas e foram auditadas e conferidas pelo ROC, apresentando-se de acordo com as exigências legais.

Esclareceu o delegado César Silva relativamente à formação; informou, ainda, que o valor corresponde a ações efetuadas e que os cursos apresentaram um resultado positivo de cerca de 1000,00€.

No que diz respeito aos cursos formativos, os mesmos não se realizaram devido à reformulação dos conteúdos dos cursos de grau 1, 2, 3 e 4 por parte do IPDJ.

Quando se realizam, a receita é bem maior neste departamento, apresentando-se como uma excelente fonte de receita para a Federação.

Informou e discriminou que os valores contratualizados pelo IPDJ e COP, são valores que a FNK-P tem a obrigação de aplicar na totalidade sob pena de não serem mais concedidos, apresentando-se devidamente discriminados no relatório e contas em análise.

Esclareceu, ainda, onde se encontravam elencadas as despesas questionadas no relatório em discussão, bem como, apresentou a respectiva justificação.

Esclareceu que, no Projeto Olímpico os valores são atribuídos aos atletas que estão no Projecto Olímpico (Hélio Hernandez, Patrícia Esparteiro e Filipe Reis) e aos que estão no Projecto Esperanças Olímpicas; informou que os valores atribuídos não foram suficientes para os gastos envolvidos, justificando que a Federação também teve que investir neste processo e ajudar atletas, Associações, Clubes e treinadores em busca de resultados que produzam efeito no projeto em causa.

Quanto ao gasto em combustível, conforme foram apresentadas as contas por balancete, corresponde a todos os gastos em combustível desta federação e corresponde às deslocações de todos os agentes desportivos, direção, seleções, formação e provas mas, essencialmente, correspondente a reembolsos efectuados aos técnicos de arbitragem no âmbito das actividades da FNKP, mormente do seu calendário desportivo.

Esclareceu que o aumento de atletas participativos, aumenta o número de agentes envolvidos e das respectivas despesas, incluindo transportes e deslocações.

Relativamente à questão dos atletas da Selecção participarem as participações internacionais em 2018, só a deslocação a Sochi foi comparticipada. Mas, diga-se, que foi comparticipada pelos próprios ou associações em menos de metade do valor, tal como decidido em Assembleia Geral anterior.

Foi esclarecido que houve um investimento em 6 áreas de tatami e numa carrinha, ficando a FNK-P dotada de 8 tatamis no Norte e 8 tatamis no Centro-Sul.

Houve alguns problemas com roubo e troca de peças de tatamis em diversos eventos que foram atempadamente regularizados.

Sobre o Projeto ERASMUS, o Presidente informou que tal projecto iniciou-se em 2016 e terminou em 2018, discriminando as verbas envolvidas, mormente aquelas que foram recebidas pelos respectivos intervenientes.

Salientou que este projeto foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 2016 nos termos em que foi enquadrado e de acordo com os protocolos assinados.

Referiu que, no âmbito daqueles protocolos, tanto ele como o Vice-Presidente, Rui Quadros, na qualidade de responsáveis, e o Seleccionador, foi-lhes atribuído uma verba identificada; informou também que o Consórcio responsável pelo projecto Erasmus, está a dever à FNK-P €21.000,00, apesar de ter em sua posse uma declaração que refere a verba de €30.000,00, estando o ROC informado, diretamente, pela entidade em causa.

A discrepância de valores tem a ver com o facto de não terem sido apresentadas todas as despesas de alguns elementos, nomeadamente dos Srs. Carlos Silva, Rui Quadros e Joaquim Gonçalves, logo não são elegíveis para pagamento.

Afirmou que este tipo de projecto pressupõe a apresentação antecipado de despesas. Todas aquelas que não foram cabimentadas não são objeto de ressarcimento.

Informou que o Director Técnico Nacional Desportivo recebe o valor do IPDJ, através de um contrato-programa e que o mesmo iniciou o seu contrato de trabalho em janeiro de 2018, com um valor de €600,00 por mês;

Em Setembro de 2018 foi colocado ao dispor total da FNKP, ou seja, deslocado, a tempo inteiro, ao serviço da FNKP, sendo contratualizado com o mesmo rendimento que ganharia na escola, verba essa disponibilizada, exclusivamente, pelo IPDJ.

Contudo, o IPDJ só contratualizou no final de Dezembro de 2018, tendo pago no último dia do ano e, por isso, aparece esse valor como dívida à FNK-P em cerca de €25.000, comprovado pelo apresentado extrato bancário de janeiro de 2019.

Relativamente aos ordenados, afirmou que cerca de €22.000,00 pertencem a ordenados fixos da Federação e o resto são prémios do Projeto Olímpico e remunerações do projeto ERASMUS aos colaboradores participantes, correspondentes ao período de 3 anos.

Finalizou, afirmando, que as despesas inerentes aos atletas que vão representar a Seleção serão pagos na íntegra pela FNK-P a menos que outra decisão concertada com as respectivas associações ou atletas, seja decidida, tal como a AG já se pronunciou.

Respondeu ao delegado João Ramalho que estarão a pagamento os prémios aos atletas da Liga Olímpica da época 2018/2019 no início do ano 2020.

Informou o delegado João Dias que existe apenas 1 árbitro com dívida de 2018 e cuja responsabilidade não é exclusiva da FNKP.

Respondendo ao procedimento de candidatura de provas, os Clubes candidatam-se para organizar provas e depois são aceites ou não; são aprovadas as melhores propostas, tendo em conta o custo, condições, etc.

No entanto, algumas têm custos elevados e a FNK-P tem que garantir a organização e outros custos que não pagam, apesar de se terem comprometido na candidatura, nomeadamente o aluguer dos pavilhões, bombeiros, etc. que, caso não sejam oferecidos pelas autarquias, ou não possam ser suportados pelo clube organizador, terá de ser a FNK-P a pagar, facto este que deverá ser bem avaliado em casos futuros.

Informou que os colaboradores a tempo inteiro da FNK-P, em 2018, são Sara Martins e Joaquim Gonçalves;

A título informativo indicou que existe outro colaborador, com contrato desde Abril de 2019 e a tempo parcial, que se ocupa, exclusivamente, da Tesouraria da FNK-P.

Afirmou também que as contas de 2019 vão ser aprovadas até Março de 2020. À data de hoje está tudo organizado, graças ao excelente trabalho da nova colaboradora e da Sara Martins.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao ROC, Dr. António de Belém, informando que a auditoria e certificação das contas foi feita de acordo com as normas legais de contabilidade europeias;

Todas as despesas estão devidamente documentadas apesar de não ser obrigatório.

As contas foram devidamente auditadas, tendo elaborado um parecer que foi entregue à Direcção da FNKP e publicado no site.

Não verificou qualquer irregularidade ou não conformidade para além de uma diferença de €40,00 mas é um valor que por ser muito baixo, não é contabilisticamente relevante, pelo que não é considerado, apenas se fazendo menção a ela no Relatório, para que não haja qualquer dúvida;

Verificou, como não poderia deixar de ser, todos extratos bancários e confirmou que a maioria do pagamento das despesas foi feita via bancária, tal como sempre alertou para essa necessidade.

Os Saldos de Clientes foram confirmados através de confirmação externa, ou seja, o próprio cliente responde ao ROC fazendo a confirmação de valores à data de 31-12-2018;

As obrigações fiscais e contributivas foram cumpridas conforme atestam as declarações das Finanças e Segurança Social.

O Custo do Pessoal tem uma diferença grande em relação ao ano anterior, porque estavam em rúbricas diferentes e algumas estão associadas a projetos;

A data de apresentação das contas está completamente desfasada, só teve 15 dias para revisar tudo, mas a documentação foi toda para o seu gabinete e todos os documentos foram vistos e conferidos, um a um, por vários auditores credenciados.

Avisou a FNK-P que para o ano só aprovará e revisará as contas se as mesmas forem apresentadas até Março;

O ROC referiu, ainda, que os Custos discriminados por evento só é possível com contabilidade analítica, com Centros de Custo e a FNK-P não é obrigada por lei a fazer.

No entanto, a Direcção faz sempre uns Relatórios por evento que, não sendo contabilísticos, têm esses valores discriminados, e que relevam para os devidos efeitos sendo merecedores do respectivo crédito que, eventualmente, poderão ser apresentados.

O Presidente da Mesa da Assembleia questionou o ROC se as contas estão devidamente certificadas e se existe algum problema inerente às mesmas e se a apresentação das mesmas são dignas de uma Federação de utilidade pública.

O ROC confirma a certificação das mesmas sem reservas e, afirma que estão certificadas com selo branco, como obrigatório, indicando, ainda, que não foi encontrada qualquer irregularidade relevante e digna de identificação para os devidos efeitos legais.

O delegado Elias Santos interveio sobre o que já foi dito relativo à impossibilidade de qualquer pessoa poder consultar os documentos. De acordo com o seu saber, à face dos Regulamentos da FNK-P os associados são as Associações (e não os associados individuais, os atletas), e as mesmas nomearam (votaram) os delegados para sua representação em sede de AG, pelo que apenas estes podem consultar a documentação.

O delegado David Dias informou que tinha ouvido dizer que o Pedro Morais, o TOC da FNK-P, se recusou a assinar as contas.

O ROC respondeu que as contas estão assinadas pelo TOC e que só pode assinar e certificar as contas, como fez, se estiverem assinadas pelo TOC, pelo Presidente da FNK-P e, adiantou estarem também assinadas pela Direcção.

Relativamente à assinatura das Contas por parte do TOC, o Presidente da Direcção exibiu um documento oficial do mesmo, com assinatura e vinheta que entregou ao IPDJ, sendo uma grande mentira tal afirmação.

O delegado Vítor Gomes referiu que, relativamente aos documentos de suporte aos relatórios, a lei diz que devem estar disponíveis. Disse ainda não estar de acordo com o Presidente Carlos Silva, porquanto este terá afirmado em anteriores assembleias que abdicava de receber qualquer valor.

O delegado António Cairos perguntou se as contas podiam ser feitas nos mesmos moldes que o orçamento, dado que seria de muito mais fácil análise, ou seja, fosse necessária a respectiva cabimentação.

O ROC respondeu que pode e deve ser feito com a demonstração de resultados e a cabimentação ser assegurada.

O delegado César Henriques insiste nas questões colocadas anteriormente uma vez que, segundo ele, não ficou esclarecido.

Assim, reforça o pedido do delegado António Cairos, dado que esses quadros permitiam uma muito melhor análise. Relativamente aos quadros resumo referidos pelo Presidente, se existem agradece que sejam divulgados, porque implica mais transparência.

Sobre a Lista de Associados refere que se há incongruências em número de atletas, isto implica que os valores podem não estar corretos; Insiste em perceber se os atletas pagaram metade dos €25.000,00 gastos no Campeonato em Sochi e se o dinheiro entrou na FNK-P onde é que está referido nas contas.

Volta a frisar que na Formação, €1.000,00 de resultado positivo é baixo, porquanto é um departamento que deveria dar muito mais resultado.

O Presidente da Direcção esclareceu que todas as verbas estavam elencadas no relatório em discussão, informando onde se encontrava descrita aquela verba, referindo, ainda que relativamente às deslocações de atletas ao exterior, era sua convicção que a FNKP estava em condições de suportar todos os custos daqui para a frente.

No respeitante à deslocação ao campeonato em Santiago do Chile, é verdade que houve adiantamento por parte de atletas, devendo ser reembolsados, na sua totalidade, pela FNKP, logo que as condições financeiras o permitam, estando convencido que a totalidade dos reembolsos estará finalizada no início do próximo ano.

Responde o ROC referindo que se aumentam as atividades federativas, os gastos com combustível é normal que aumentem porquanto trata-se da maior despesa da FNKP relativo os membros necessários à execução das atividades federativas.

Torna-se necessário um maior empenhamento no tratamento e justificação dessas despesas que pode vir a ser objecto de tratamentos fiscais diferenciados, seja em sede de IRS ou noutros.

O Presidente Carlos Silva respondeu ao delegado David Dias informando que não houve nenhuma verba perdida do IPDJ.

Essa verba foi paga no dia 31 de dezembro 2018 e a FNK-P apenas recebeu no dia 7 de Janeiro 2019.

Respondeu ao delegado Vitor Gomes informando que todos os documentos referentes à AG estiveram publicamente disponíveis e, cumpriu-se com a convocatória nos termos em que foi esclarecido, atempadamente, pela Mesa ou pelo Presidente da Mesa da AG.

Negou que tenha dito que abdicaria de receber verbas em qualquer Assembleia, mas que na realidade foi o que aconteceu, abdicou.

O Presidente da Mesa da Assembleia pede aos Srs. Delegados muita atenção aos esclarecimentos dados pelo Sr. ROC e de seguida o relatório e Contas 2018 foi posto a votação, estando presentes 42 delegados, sendo aprovado pela sua maioria, tendo obtido 33 votos favoráveis, 7 votos contra e 2 votos de abstenção.

O Sr. Elisio Sousa prosseguiu e colocou o ponto 3 da ordem de trabalhos a discussão.

O Presidente Carlos Silva explicou que o Plano de atividade e orçamento 2020 garante o funcionamento de todas as áreas da FNK-P, reproduz e descreve, de forma pormenorizada, todos os custos inerentes às mesmas.

Este orçamento foi preparado com informação previsional, identificando todas as ações desta federação no cumprimento do seu calendário desportivo e restantes áreas de intervenção.

Assim e face às responsabilidades, cabe orçamentar, em valor seguro as obrigações desportivas assumidas pela FNK-P.

Com base num pressuposto previsional, foi apresentado um consistente orçamento, respeitando os necessários princípios contabilísticos e identificadores de uma séria e também segura contenção e controlo de custos.

No entanto, salientou, que a obtenção de subsídios reflete-se no orçamento previsional e poderá implicar uma redefinição e elaboração de estratégias desportivas e Orçamento Retificativo caso não se venham a verificar, tal qual se admite provável.

O ROC dirigiu-se a Assembleia informando que o orçamento é sempre previsional e está baseado nos valores que se vai receber, previsivelmente, do IPDJ.

Se os valores dos subsídios (IPDJ, COP, etc) não forem os previsíveis, ou semelhantes, e se houver um grande desvio, deverá ser feito um Orçamento Retificativo.

O Presidente da Mesa da Assembleia pediu para aprovarem a alteração do ponto 3 com a introdução de plano de atividades 2020, que não mereceu reparo, contestação ou censura, atento o lapso evidente.

O delegado Jorge Perestrelo referiu que deve ser verificado se a plataforma está correcta em relação ao nº de praticantes, porque se o delegado Elias detectou uma falha, é preciso ser verificado.

Afirma que parar com os campeonatos regionais de cadetes e juniores não é bom para a modalidade. Acha que devem realizar-se, mas não em Outubro.

O delegado Paulo Julião é da opinião que o orçamento para as Selecções Nacionais devia ser maior.

O delegado João Ramalho refere que o orçamento prevê um gasto de €140.000 para Campeonatos. Estão previstos os mesmos Campeonatos Regionais, Nacionais e ligas. Se os Regionais não se vão organizar, onde se vai gastar esse dinheiro?

O delegado César Henriques começa por indicar que tem uma nota em relação ao orçamento; nalguns sítios refere o ano 2019, quando deveria referir 2020. Passou depois a enumerar as suas questões; aumentou o orçamento para as provas, mas diminuiu o valor para a organização de provas o que para si é um contrassenso. Pergunta depois, se está prevista a aquisição de uma viatura no montante de €18.000. Se sim, porque é que o valor do seguro se mantém? Refere, ainda, que a FNK-P é cada vez mais uma entidade subsídio-dependente e não uma entidade com autonomia financeira ou capaz de gerar autonomia financeira, facto que critica.

O Presidente Carlos Silva respondeu ao delegado Jorge Perestrelo que, vai realizar os campeonatos regionais de cadetes e juniores além de todos os outros, com excepção dos regionais de seniores, até porque estas realizações são uma mais valia desportivamente.

Referiu que, enquanto for Presidente, mais nenhum atleta vai pagar para representar a Selecção Nacional.

Interveio o Presidente da Mesa da Assembleia lembrando que em Assembleias Gerais anteriores, tinha sido aprovado que, caso haja interesse desportivo em determinado evento, e a FNK-P não tenha verbas, as Associações ou os próprios atletas se puderem adiantar as verbas necessárias deverão representar a FNKP sendo autorizada a sua participação.

Esta situação apenas deve ser considerada após o esgotamento das verbas do IPDJ, de acordo com a importância atribuída à prova e, assim, o justifique, sem prejuízo de posterior reembolso logo que a situação financeira da FNKP o permita.

Sugeri que os senhores delegados ratificassem tal entendimento, o que veio a ser feito, sendo aprovado tal entendimento pela unanimidade dos delegados presentes.

Assim, o orçamento para cada prova deve mostrar a transparente realidade do seu custo.

Ao delegado César Henriques respondeu que o orçamentado para o Departamento de provas é o previsto, tendo em conta os conhecimentos anteriores e que estava previsto a aquisição de uma viatura de 9 lugares para servir a região sul.

O delegado João Garcês questionou se é possível fazer o Torneio Solidário das Vindimas no fim de semana da 1ª Liga e comprometeu-se a arranjar Pavilhão. O Presidente Carlos Silva anuiu.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia colocou o Orçamento para 2020 a votação sendo aprovado por maioria, com 38 votos favoráveis, nenhum voto contra e 4 abstenções.

Passou-se ao ponto 4 da ordem de trabalhos.

A Direcção confirmou que todas as propostas de graduação têm um processo com todos os elementos indispensáveis à sua discussão, mormente, foram confirmados os tempos de graduação em todos eles.

O delegado José Melo informa que só vai votar nos que conhece, porque o processo de pedido de homologação não é público e os currículos deviam ser conhecidos.

O delegado António Caeiros disse que não fazia sentido ser votados Dan's de graduações de Associações que ainda não foram aprovadas em Assembleia Geral da FNK-P.

O delegado João Ramalho disse que, de acordo com o Regulamento de Homologações, os propostos deviam ser submetidos a exame na FNK-P.

O delegado João Dias disse que, para fazer a votação era preciso saber se o tempo de permanência estaria correcto.

O delegado César Henriques informa que o Regulamento prevê uma excepção para as Associações que entrem de novo, no entanto, deverá ser bem avaliado.

O delegado Joaquim Costa refere que a obrigatoriedade referida pelo delegado João Ramalho não está identificada no Regulamento. Em relação aos tempos de graduação, deverão primeiro ser as próprias Associações a respeitar os tempos.

O delegado Jaime Sequeira Pereira acha que os delegados que aqui estão não têm competências para avaliar os que são propostos para 6º Dan e superiores, devendo haver um Conselho de Graduações para fazer essa avaliação, e não os delegados numa Assembleia.

Informa que vai votar contra, até porque não teve acesso a qualquer currículo para poder analisar.

O delegado Elias Santos refere que o regulamento em causa, no seu entender, não é legal porquanto impede que um atleta, passível de processo disciplinar, não veja a sua graduação homologada, facto que só deveria acontecer caso tivesse sido condenado com transito em julgado.

O delegado João Garcês questionou se a Ficha de Homologação (HG1) foi apresentada e correctamente preenchida por todos, além disso, os diplomas de graduação são das novas Associações que ainda vão ser aprovadas ou das anteriores Associações onde pertenciam?

O Presidente Carlos Silva esclareceu que todas as propostas estão a respeitar os tempos regulamentares e que as datas a considerar são as datas de graduação efectivas, e não as datas em que a graduação anterior foi homologada pela FNK-P.

O Presidente da Mesa da Assembleia propôs que a votação fosse feita individualmente, como foi no passado.

O delegado Joaquim Costa concordou que devia existir uma Comissão ou Conselho de Graduações para este assunto, no entanto, não pode ser “criada” ou alterada agora neste ponto.

Neste caso, como existe este ponto na ordem de trabalhos e como está devidamente regulamentada, então deve ser votada, não devendo ser retirada da ordem de trabalhos.

O delegado João Dias achou que deve ser adiado e que os delegados deviam ter acesso aos processos, aos currículos e tempos de graduação.

O Presidente Carlos Silva referiu que até se pode adiar e enviar a informação aos delegados, no entanto, tem de se ver se é possível, ao abrigo da Lei da Protecção de Dados.

Acrescenta que, tudo foi feito de acordo com o regulamento em vigor e que os processos encontram-se completos, na sede da FNK-P.

O delegado Carlos Saúde adiantou que se está na ordem de trabalhos e se cumprem os requisitos, então deve ser votado, tal como nas Assembleias anteriores.

O delegado Elias Santos sugeriu que se devia alterar a ordem de trabalhos, trocar o ponto 4 pelo ponto 5, para se poder aprovar primeiro as Associações e depois então a graduação, visto haver alguns propostos que pertenciam às novas Associações.

O Presidente da Mesa da Assembleia, de acordo com a proposta do delegado Elias Santos e que também já tinha sido proposto inicialmente pelo delegado Jorge Perestrelo, pôs a votação a troca da ordem dos pontos 4 e 5. Foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente passou-se ao novo ponto 4, aprovação de novas Associações como sócios da FNK-P.

O Presidente da Mesa da Assembleia referiu que todas as Associações propostas têm de ter um representante na Assembleia para poder ser votada.

A mesa colocou à discussão e aprovação, a admissão das seguintes associações que foram aprovadas pelos 41 delegados presentes na sala:

- PKA: Aprovada por maioria dos delegados presentes
- AKG-P: Aprovada por maioria

- NEKP: Aprovada por unanimidade
- ANKP: Aprovada por unanimidade
- ANGK: Recusada – O delegado João Garcês referiu que não tem as condições necessárias, o Diretor Técnico não pode ser treinador de Grau I, se fosse o Abel Figueiredo o Director Técnico, então já podia ser.
- APKO: Aprovada por maioria
- AFAM: Aprovada por unanimidade
- IPATJ: Aprovada por unanimidade

Findo o novo ponto 4 da ordem de trabalhos passou-se ao novo ponto 5.

Aqui foi posta a votação, individualmente, cada proponente

Verifica-se que todos os proponentes foram aprovados por maioria dos presentes com excepção de um proponente abaixo melhor identificado.

Mais se diz que, o delegado Jaime S Pereira, no acto da votação absteve-se relativamente a todos os proponentes.

Nº FNK-P	NOME COMPLETO	ASSOCIAÇÃO	GRADUAÇÃO	DATA GRADUAÇÃO	Estado
25	José António Chagas Mendes	KPS	8º Dan	30/06/2019	Aprovado
30	Alfredo da Silva Henriques	KPS	7º Dan	25/10/2018	Aprovado
59303	Antonio Fernando de Almeida Pereira	PKA	7º Dan	07/01/2012	Recusado
1294	Antonio Sousa Moreira Valente	AKKP	7º Dan	29/07/2018	Aprovado
29	César Ferrinho Olival	KPS	7º Dan	25/10/2018	Aprovado
31	Cláudio Fung	AFAM	7º Dan	03/07/2016	Aprovado
24	Cristina Maria Sobrêda R. Amaral Mendes	KPS	7º Dan	25/10/2018	Aprovado
18	João Carlos Pires Cardiga	ANAM	7º Dan	23/06/2018	Aprovado
142	José Carlos de Seixas Lemos	KPS	7º Dan	25/10/2018	Aprovado
573	Rui Manuel Silvestre Caipira	IJKA-P	7º Dan	15/10/2018	Aprovado
582	Abel Augusto Moreira Leite	UKSP	6º Dan	10/06/2017	Aprovado
59303	Antonio Fernando de Almeida Pereira	PKA	6º Dan	31/07/2004	Aprovado
578	Antonio Fernando Duarte de Sousa Lemos	CPK	6º Dan	14/12/2018	Aprovado
660	Antonio Lino Rodrigues	UKSP	6º Dan	15/02/2017	Aprovado
16880	Carlos Anjo Guedes Correia	UKSP	6º Dan	10/06/2017	Aprovado
230	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes	AKBA	6º Dan	29/07/2019	Aprovado
110	Carma Susana Valentão Mendes Agostinho	APKS	6º Dan	19/04/2018	Aprovado
120	Ema dos Santos Lopes	APKS	6º Dan	19/04/2018	Aprovado
292	Fernando José de Pinho Pereira	CPK	6º Dan	14/12/2018	Aprovado
158	Fernando Manuel Martins Romão Pereira	AAMA	6º Dan	29/07/2019	Aprovado
119	Filipe Miguel Andrade Fernandes	APKS	6º Dan	21/04/2018	Aprovado
218	José Luis de Araújo e Silva	CPK	6º Dan	14/12/2018	Aprovado
316	Lourenço Fernando Fonseca da Rocha	UKSP	6º Dan	26/04/2017	Aprovado
949	Manuel Pereira Bateira	UKSP	6º Dan	18/07/2017	Aprovado

200	Oswaldo Manuel Vitorino Fernandez	AAMA	6º Dan	30/08/2018	Aprovado
387	Raúl Osvaldo Cólica	AAMA	6º Dan	27/07/2014	Aprovado
1079	Ricardo da Rocha Leite	APOGK	6º Dan	27/07/2018	Aprovado
573	Rui Manuel Silvestre Caipira	IJKA-P	6º Dan	15/10/2011	Aprovado

Terminado o ponto 5 da ordem de trabalhos, seguiu-se o ponto 6.

O delegado Joaquim Costa começou por referir que é bom que haja outra lista para o processo eleitoral, quer dizer que as pessoas se preocupam, estão motivadas e têm projetos; Em relação à notícia do Jornal Record disse que, sente-se lesado como karateca, e quer saber se a Federação vai fazer alguma coisa sobre isso, para defender o seu bom nome. A notícia não prejudicou apenas os atuais dirigentes, mas sim todos os karatecas e o Karate Nacional. Ao longo dos últimos anos e apesar de tempos difíceis, a FNK-P conseguiu-se afirmar e ter o seu lugar como uma organização idónea, com boas relações com as diversas entidades (como o IPDJ e afins) e esta notícia prejudica todo o trabalho e esforço feitos ao longo dos anos; referiu também que teve conhecimento que o TOC da FNK-P foi ameaçado e gostaria de saber se é verdade.

O Presidente Carlos Silva confirmou que o TOC foi ameaçado por um suposto Presidente da Assembleia Geral, com ameaças de processo crime e queixas no IPDJ e nos media. Após conversa com o TOC, o mesmo vai continuar a exercer a sua função, procedendo ao tratamento contabilístico das contas da FNK-P.

Em relação ao Jornal Record, ainda não sabe o que vai fazer em relação à Federação, até porque deverá haver o aconselhamento com os órgãos necessários. No entanto, pessoalmente, sente-se lesado e injuriado, devendo agir de acordo com direitos e instrumentos que estejam ao seu alcance.

O delegado Vitor Gomes mostrou desagrado relativamente a certificados de cursos de treinadores e árbitros, bem como homologações que já foram diversas vezes pedidos, mas nunca são entregues;

Aproveitou para dar os parabéns a Equipa Técnica por todo o trabalho desenvolvido e resultados obtidos e por trabalhar pro bono.

O delegado Jorge Perestrelo perguntou se estão previstos novos cursos de treinadores; tinha sido falado que o Treinador de Grau 1 já permite ter autonomia num Dojo, até aqui tinha de ter sempre a supervisão de um Grau superior.

O Presidente Carlos Silva pediu ao DTND Joaquim Gonçalves para responder sobre esta questão, dado que tinha havido, recentemente, reunião no IPDJ.

Este refere que, a reunião foi basicamente para informar as Federações que são obrigadas, até Março de 2020, a alterar a nomenclatura e o formato dos Cursos de Treinadores.

Resumidamente, é preciso reestruturar porque o Estágio foi diminuído em cerca de 50%.

Em relação à autonomia do Grau 1, o diploma já foi aprovado, mas em princípio já deverá estar em vigor. Fez ainda um breve resumo sobre o Projecto ERASMUS, sendo que foi agora aprovado também para os 2º e 3º ciclos pelo Ministério da Educação, e referiu que os envolvidos no projeto, os professores João Dias, Nuno Barata, António Quaresma, além dele mesmo e o Professor Abel Figueiredo, fizeram um excelente trabalho.

Em relação ao que o delegado Joaquim Costa referiu sobre a notícia, ele Joaquim Gonçalves tem estado muito perto da tutela e de vários órgãos e neste momento a FNK-P está muito bem vista em todas as áreas.

O delegado João Garcês questionou se houve renumeração de sócios.

O Presidente Carlos Silva informou que não, mas que há vários associados que têm vários números de sócios e está a tentar corrigir essa situação.

O delegado José Melo alertou que a FNK-P está a ser ultrapassada por uma Associação na formação, que até já faz Cursos de Treinador.

Outra situação prende-se com o Calendário de Atividades, que está cheio de atividades todos os fins de semana, e não deixa espaço para as atividades associativas sendo obrigação da FNKP uma intervenção estrita no cumprimento do seu mandato nacional.

O delegado Paulo Julião disse que seria importante levar mais provas para o Centro Sul e Sul.

O delegado João Ramalho disse que tem estado afastado das Assembleias, mas observou que foram ocupadas 2h a falar de Relatório de Contas e Orçamento e 3h a falar de novas Associações e Graduações, e questiona quais são os temas que são realmente mais importantes.

O delegado Joaquim Costa questionou quando é que a nova base de dados vai estar operacional tendo sido referido pelo Presidente Carlos Silva que estava previsto o próximo ano de 2020.

O Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para finalizar e agradecer a qualidade da Assembleia, a forma cordial como os assuntos foram discutidos, abordados e esclarecidos, e que esta postura foi uma “bofetada de luva branca” para todos os que andam a tentar denegrir e prejudicar a imagem desta Direcção, desta Federação e desta modalidade, não sendo dignos de pertencer ou candidatar-se aos órgãos sociais da mesma, porquanto baseiam a sua conduta, na mentira e na invenção e propagação de falsas informações, gerando uma imagem negativa e desoladora da federação, acrescendo evidentes prejuízos.

Referiu, ainda, que o orçamento para a competição tem um valor muito elevado, ou seja, no total cerca de 90% do valor vai para a competição, e é pago por cerca de 90% dos atletas que nem sequer fazem competição.

Torna-se uma realidade perigosa que precisa de profunda reflexão na medida em que precisamos daqueles que não fazem competição para fazer competição, sendo aqueles o maior gerador de receita para além dos subsídios oficiais.

Após esta intervenção foi encerrada a Assembleia.

Pombal, 29 de Dezembro de 2019

Mesa da Assembleia Geral

Dr Elísio Sousa



Dra Raquel Seixas



Dionísio Henriques

